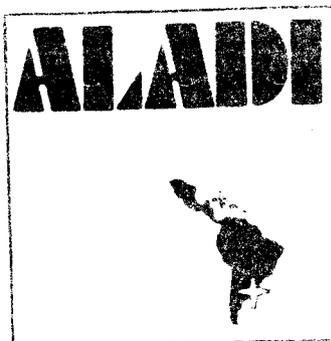


# Consejo de Ministros



Asociación Latinoamericana  
de Integración  
Associação Latino Americana  
de Integração

Terceira reunião  
11-12 de março de 1987  
Montevidéo - Uruguai

DISCURSO PRONUNCIADO PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, CARLOS AUGUSTO SALDIVAR, NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

ALADI/CM/III/di 2  
12 de março de 1987

Senhor Presidente,

Permita-me expressar-lhe, em nome da Delegação da República do Paraguai, nossas felicitações por ter sido eleito para dirigir as deliberações da Terceira Reunião do Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Integração, com a certeza do êxito baseado em sua dedicação às questões econômicas de nossa América, avalizada por sua vasta e rica experiência diplomática.

O Paraguai assiste a esta Terceira Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Associação Latino-Americana de Integração com o firme propósito de avaliar o andamento da Rodada Regional de Negociações e através de uma análise crítica definir se as idéias iniciais da mesma se aproximam do realizado ou se a maioria responde aos adiamentos.

Estamos transitando por uma etapa crucial na história da integração. É uma etapa que nos exige novas respostas ao desafio que já nos havíamos proposto em 1960, quando iniciamos o processo de cooperação, cuja filosofia da ação comunitária permanece com a mesma intensidade ou talvez acentuada pelos últimos acontecimentos que no plano regional ou mundial rodeiam nossas relações econômicas internacionais.

As genuínas aspirações de nossos povos ver-se-iam adiadas, cada vez mais, se não sairmos do campo das simples especulações, indiferentes às possibilidades de cooperação econômica que se abrem na imensidão desta nossa pátria comum.

Nunca como agora os fatos e as circunstâncias nos possibilitam empreender esta ação com um sentido de unidade latino-americana. O pronunciamento no mais alto nível de nossos países sobre o propósito, reafirmado em todos os foros internacionais e inclusive individualmente, de concretizar esforços para fazer frente unidos aos efeitos negativos do que a Declaração de Quito qualificou como a mais grave e profunda crise econômica e social do presente século que atravessam a América Latina e o Caribe, através da integração regional.

A posição do Paraguai em matéria de integração econômica está baseada nas mais caras aspirações de impulsar ao máximo o desenvolvimento econômico e social em um âmbito de justiça e equidade internacionais. A clara política adotada pelo Governo do Paraguai nesta matéria é quase centenária, pois em 11 de setembro de 1887 na Ata de fundação da Associação Nacional Republicana (Partido Colorado), estabelecia que: "... toda reforma tendente a fazer uma mudança benéfica em nossa situação econômica e no bem-estar moral e material do povo serão objetivos preferenciais de nossos trabalhos ...".

//

Isto dizíamos os paraguaios pouco depois de terminada uma cruenta guerra como foi a de 1870. A vontade firme de uma fraternidade regional foi ratificada em épocas mais recentes, novamente sob inspiração deste mesmo partido político ao ser sancionada pela Convenção Nacional Constituinte, em 25 de agosto de 1967, a Constituição da República do Paraguai, cujo artigo 103 estabelece: "O Estado favorecerá o processo de integração dos países latino-americanos para acelerar o desenvolvimento equilibrado e aumentar o bem-estar comum, em função dos interesses da República e sem detrimento de sua soberania".

O Partido Colorado considerou que o Paraguai é parte ativa nos problemas da América; por isso incluiu esta definição na Declaração de Princípios e Novo Programa Partidário de 6 de novembro de 1967: "Participação ativa no processo de desenvolvimento econômico e social equilibrado das nações do hemisfério" e "promoção de todas as formas de integração regional e continental em função dos interesses permanentes da República e sem detrimento de sua soberania".

O Governo e o povo de meu país sempre tiveram fé e muita convicção na integração latino-americana. Assim entendeu o Excelentíssimo Senhor Presidente Stroessner ao expressar no discurso pronunciado a seus colegas da América na reunião de Chefes de Estado, realizada em Punta del Este de 12 a 14 de abril de 1967, que "a integração econômica é um imperativo para a América Latina, um nobre objetivo inadiável que devemos decidir empreendê-la formalmente nesta reunião. O futuro nos depara um destino comum; podemos e devemos marchar unidos para a obtenção da integração da América Latina".

Senhor Presidente, a República do Paraguai, sob o governo constitucional do Presidente, General-de-Exército Alfredo Sotressner, segue seu processo de desenvolvimento econômico e social, com liberdade política e respeito pelos direitos fundamentais de seus habitantes, baseado em um ordenamento constitucional que permite o exercício do poder político, surgido legitimamente da vontade popular.

Nossa história e nossa conduta nos demonstram que na solidariedade e na integração pusemos nossa fé e nosso esforço, respeitando as soberanias e as próprias decisões dos respectivos povos.

Nossa vida como nação independente nos obriga, às gerações atuais, como às que passaram e não duvidarão as do futuro, a ser zelosos custódios de nosso patrimônio nacional e das decisões que somente nos pertencem aos paraguaios.

Senhor Presidente, a América Latina e o Caribe continuam transitando por uma etapa muito difícil em sua sobrevivência econômica: os ingressos de divisas por suas exportações cada dia são mais reduzidos, não apenas pelas restrições que impõem os países industrializados, mas pela penosa queda dos preços dos produtos básicos, dos quais nossos países são os principais produtores e exportadores; como corolário, apresenta-se o grave problema que afeta várias nações-membros da ALADI -a dívida externa- com todos os obstáculos que isso implica para o imprescindível desenvolvimento próprio e regional.

No meio deste panorama surgem a integração econômica e o processo social como único caminho válido para projetar, promover e acionar novas soluções viáveis que permitam nossos países superar tantos efeitos negativos. Nesse sentido,

//

//

as propostas que hoje temos para nosso estudo e consideração serão certamente as melhores nestas circunstâncias para propiciar um melhor bem-estar de nossos povos.

Senhor Presidente, Senhores Chanceleres, a América Latina e, em particular, os países-membros da ALADI não deveriam deixar de aproveitar esta conjuntura da economia internacional, para tentar novas fórmulas que lhes permitam enfrentar a aguda crise econômica destes tempos.

Hoje nos encontramos com o triste espetáculo dos países industrializados, que não apenas não se conformam com exercer sua influência sobre as economias dos países em desenvolvimento, senão que alguns deles tomaram a liberdade de imiscuir-se na vida institucional de nossos países, em total contradição com as normas do direito internacional que devem presidir as relações das nações civilizadas.

A América Latina não poderá defender-se, nem da influência econômica nem da política dos países industrializados, nem estará em condições de lutar com êxito para superar seu escasso desenvolvimento, sem antes procurar sua própria identidade.

Está à vista a conveniência de uma firma ação coletiva, única via para subtrair-se da arrogância de certos países industrializados, cujos interesses e procedimentos do mais puro estilo imperialista buscam freiar os esforços governamentais de desenvolvimento nestas latitudes.

Por isso, a ALADI deve constituir-se no foro natural onde canalizar as preocupações e os direitos dos países-membros; neste sentido, não devem tardar as respostas que, com toda justiça, estão reclamando os povos da região.

Estamos certos de que uma atitude coerente entre os países latino-americanos sobre o tratamento destes temas nos conduzirá com precisão ao êxito, ao obter como resposta que os países desenvolvidos reformulem sua política com relação aos nossos para obter uma harmônica convivência.

O Governo do Paraguai ratifica sua fé na integração que levará os povos latino-americanos a melhores dias, sem ingerências imperialistas e preservando a autodeterminação dos que obtivemos a liberdade política a princípios do século passado e estamos dispostos a guardá-la e defendê-la.

Obrigado.